

'Voz do povo' pede eleições neste ano

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Mudar, as coisas sempre mudam, mas a tendência, hoje, na Assembleia Nacional Constituinte e fora dela, é inequivocamente pela realização de eleições presidenciais em novembro. Os quatro anos de mandato para o presidente José Sarney surgem como a primeira consequência do recesso das festas de Natal e Ano-Novo.

Deputados e senadores sentiram junto às suas bases aquilo que o deputado Ulysses Guimarães chamou de "voz do povo", ainda que, ironicamente, o parlamentar paulista tenha ouvido muito mais a voz do povo de Nova York, onde ficou 12 dias. É inegável, porém, o sentimento nacional em favor das eleições este ano. Dos mais diversos setores de opinião flui o denominador comum de que não deve ser mais protelada a consulta ao eleitorado. O desencanto e até o desespero da população diante de agruras e dificuldades não resolvidas, pois aumentadas, levam todo mundo a acreditar no milagre das urnas. Muito provavelmente a frustração se seguirá à eleição e à posse de qualquer sucessor de José Sarney, já que o problema não se resume ao encontro de salvadores, messias ou pastores; localiza-se no rebanho, mesmo, mas essa será outra história.

Os raciocínios políticos feitos em Brasília encaminham-se, todos, para a sucessão imediata. Promulgada a nova Constituição, seja em março, abril ou mais tarde, logo todos os partidos e grupos partidários estarão tentando selecionar e indicar seus candidatos. E não há segredo nem passe de mágica com relação a eles. São os que estão aí mesmo: Ulysses Guimarães, que só não será vitorioso na convenção do PMDB se não quiser. No caso de não querer, Orestes Quêrcia, Mário Covas, José Richa, Waldir Pires, Miguel Arraes, Alvaro Dias e outros peemedebistas tentarão ocupar o lugar, com o risco de rachar a legenda.

Aureliano Chaves é o candidato natural do PFL, ainda que muitos liberais pareçam inclinados a examinar a alternativa de apoiar Antônio Ermírio de Moraes, que o PTB e talvez o PDS venham propor primeiro. No PDS, há quem pense em Jarbas Passarinho, pois de Paulo Maluf não se fala mais.

Leonel Brizola, pelo PDT, e Luiz Ignácio da Silva, pelo PT, já estão lançados e em campanha, pretendendo conquistar fatias da esquerda do PMDB e de partidos menores. O ex-presidente João Figueiredo pensa que levam a sério sua postulação, e, sem dúvida, mais um ou outro ator de pantomima tentará apresentar-se.

Essas hipóteses são conhecidas, faz tempo, e o trabalho a que se dedicam os principais líderes partidários faz-se delas para diante. Que alianças poderão ser celebradas? Que grupos daqui e dali admitirão cindir as legendas respectivas?

O Centrão tentará comportar-se como um partido político? A dita esquerda democrática do PMDB, os históricos e outros setores embara-

lhados terão força para constituir bloco autônomo, abrigado por uma sigla emergencial? Brizola e Lula chegarão a um entendimento, ainda que para o segundo turno? Os governadores comportar-se-ão em conjunto, atropelando o partido a que pertencem todos, menos um? Qual o peso da participação do presidente José Sarney, se ele decidir participar?

Como diria o esquetejador, vamos por partes. Porque está nos partidos o primeiro dado da equação sucessória, a confirmar-se a tendência pela realização de eleições presidenciais em novembro. Será preciso que cada um dos 22 com registro definitivo ou provisório na Justiça Eleitoral marque sua convenção, para se saber, depois, quais os que ficam unidos e quais se dividirão. Para isso, importará a Justiça Eleitoral definir o calendário sucessório.

O presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Oscar Correia, declarou não haver o menor problema para montar o calendário e realizar as eleições. Dependendo da data da promulgação da nova Constituição, será marcado o prazo para a realização das convenções e para o registro das candidaturas. Como será preciso, também, dispor sobre o tempo das campanhas oficiais, debulhando-se depois uma série de parmenores, como o acesso à propaganda gratuita na televisão e no rádio.

Junho, salvo engano, será o mês das convenções, como data fatal para sua realização. A maioria das legendas disputará o direito de ficar por último, já que o comportamento de umas poderá depender do candidato lançado por outras. O PFL, por exemplo, fará tudo para aguardar o lançamento do PTB — pelo menos a parte do PFL que descrede as possibilidades de Aureliano Chaves. Ao PMDB ficará difícil admitir composições com outro partido. Não tem por que negociar a vice-presidência.

O fator partidário será importante, dada a necessidade de os candidatos possuírem estruturas nacionais de apoio, o que favorecerá o PMDB, mas, acima de tudo, na próxima eleição, importará o fator pessoal, o que favorecerá Antônio Ermírio de Moraes e Leonel Brizola. Parece pouco provável que instituições parapartidárias, como a Ordem dos Advogados, a Igreja e a própria UDR, venham a ter candidatos, formalmente. Mas atuarão, sem dúvida nenhuma, em favor de seus preferidos.

Nem se discute a importância da conjuntura, quando a disputa estiver em sua reta final. Permanecendo o governo Sarney com imagem soft-vel, serão favorecidos os candidatos que mais se opuserem a ele na forma de críticas e ataques contundentes, como Ermírio, Brizola e Lula. Melhorando a performance administrativa do atual governo, serão beneficiados os candidatos mais de perto ligados à Nova República, de Ulysses e Aureliano.

Em suma, não refluindo a mare que indica quatro anos para o presidente da República, multiplicar-se-ão de agora em diante cálculos e especulações de toda espécie. Coisa que, apesar dos pesares, tornará 1988 um ano fascinante. E cheio de surpresas.

ESTADO DE SÃO PAULO